



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA  
LINHA DE PESQUISA  
GEOGRAFIA CULTURAL E DA PERCEPÇÃO**

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR: UMA ANÁLISE CULTURAL SOBRE  
PAISAGEM E A DESERÇÃO DOS CASARÕES DE ALAGOINHA-PB**

**RENATA PEREIRA DA SILVA**

**GUARABIRA/PB**

**2024**

RENATA PEREIRA DA SILVA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR: UMA ANÁLISE CULTURAL DA  
PAISAGEM E A DESERÇÃO DOS CASARÕES DE ALAGOINHA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado à Coordenação de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia Cultural e da Percepção.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Me. Maria Aletheia Stedile Belizário

**GUARABIRA/PB**

**2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586l Silva, Renata Pereira da.  
Levantamento histórico familiar [manuscrito] : uma análise cultural da paisagem e a deserção dos casarões de Alagoinha-PB / Renata Pereira da Silva. - 2024.  
34 f. : il. color.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Maria Aletheia Stédile Belizário, Departamento de Geografia - CH".

1. Casarões. 2. Restauração. 3. Patrimônio histórico. 4. Patrimônio cultural. 5. Paisagem. I. Título

21. ed. CDD 911.81

RENATA PEREIRA DA SILVA

LEVANTAMENTO HISTÓRICO FAMILIAR: UMA ANÁLISE CULTURAL DA  
PAISAGEM E A DESERÇÃO DOS CASARÕES DE ALAGOINHA-PB

Artigo Científico apresentado à  
Coordenação do Curso de Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciada em Geografia

Aprovada em: 18/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ramon Santos Souza** (\*\*.633.614-\*\*), em **02/12/2024 21:29:22** com chave **a483a104b10d11efaf862618257239a1**.
- **Maria Aletheia Stedile Belizario** (\*\*.036.003-\*\*), em **02/12/2024 21:04:34** com chave **2d608964b10a11efbbf306adb0a3afce**.
- **Geisa Karla de Oliveira Borba** (\*\*.051.574-\*\*), em **02/12/2024 22:02:23** com chave **417a8be0b11211ef844c1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Termo de Aprovação de Projeto Final

**Data da Emissão:** 03/12/2024

**Código de Autenticação:** 3e6d5e



A minha mãe, Andréa, ao meu irmão, João Herbert, e à todos que fizeram parte dessa trajetória em minha vida com apoio e carinho, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer e dedicar este artigo no qual marcou minha jornada acadêmica, e se faz como um trabalho de conclusão de curso.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois nos momentos difíceis sempre depus minha fé nele, certa de que não estaria sozinha nessa jornada, assim como em Isaías 41:10 “Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça”.

A minha mãe, Andréa, por dedicar sua vida a me apoiar, a priori, sozinha fez tanto para que eu conseguisse me graduar. Sem o seu apoio eu nada seria, por isso não há palavras para descrever o quão grata sou por estar conquistando a primeira graduação na nossa família.

Ao meu irmão, João Herbert, por todo companheirismo e apoio. Ao meu companheiro, Breno Renan, por também estar sempre acreditando em mim, e me auxiliando. Aos meus amigos de infância, dentre eles Gelson e Larissa que se fazem confiantes na caminhada para me tornar uma profissional. Aos meus colegas de curso que dividiram comigo toda a bagagem durante todos os semestres, ao longo dos anos.

Aos meus professores, que compartilharam suas experiências e conhecimentos, atribuindo para minha vida acadêmica e profissional. A minha orientadora Aletheia, por dedicar sua paciência e partilhar suas ideias para que essa pesquisa fosse realizada.

A todos que contribuíram de forma direta e indireta para que esse estudo pudesse vir a ser realizado com aptidão. Pois, “porque para Deus nada é impossível” Lucas 1:37.

#### **043. LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

SILVA, Renata Pereira da. **Levantamento histórico familiar: uma análise cultural da paisagem e a deserção dos casarões de Alagoinha-PB.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia)-Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira 2024, 32p.

**LINHA DE PESQUISA:** GEOGRAFIA CULTURAL E DA PERCEPÇÃO.

**ORIENTADORA:** Profa. Me. Maria Aletheia Stédile Belizário

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Me. Maria Aletheia Stédile Belizário

Profa. Me. Geisa Karla de Oliveira Borba

Prof. Dr. Ramon Santos Souza

#### **RESUMO**

Este artigo científico tem como objetivo realizar um levantamento histórico familiar e cultural nos casarões que estão fechados e/ou abandonados da cidade de Alagoinha-PB, para compreender por que existe deserção dos mesmos pelos proprietários ou pelo poder público. Foi feito um levantamento bibliográfico específico sobre patrimônio cultural, nas bases de dados do IBGE, IPHAN e Scielo. Com o intuito de levar a esses patrimônios históricos e culturais locais visibilidade, revitalização, investimentos pelo poder público local e contribuição para a cultura e o turismo municipal. Contudo, a abordagem do estudo se fundamenta no conceito de paisagem. A partir disso, foram feitas pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema, com direcionamento à percepção da paisagem e visão geográfica com fundamentos fenomenológicos, também foi feito entrevistas para obter as informações base dessa pesquisa. É uma metodologia utilizada com enfoque no fenomenológico hermenêutico e é compreendido com base em interpretações filosóficas, e da vivência humana, obviamente que com uma bagagem literária, considerando que esse método aborda interpretação dos fenômenos, entrevistas; relatos de vivências; observação, postura crítica e entre outras características relacionadas à mesma. Este trabalho traz como finalidade todos esses aspectos voltados para a Geografia cultural, com desígnio de despertar uma visão crítica e de percepção para os patrimônios locais da cidade de Alagoinha-PB, que podem ser valorizados. Tendo em vista que tais patrimônios fazem parte da história cultural da cidade.

**Palavras-chaves:** Casarões; Restauração; Patrimônio histórico; Patrimônio cultural; Paisagem.

## ABSTRACT

This scientific article has as its main goal to carry out a cultural and familiar historical survey in the houses that are closed and/ or abandoned in the city of Alagoinha-PB, to comprehend why is there a desertion of them from owners or the public power. A bibliographic survey on cultural heritage was made at IBGE, IPHAN and Scielo with the aim to bring these local historical and cultural patrimonies some visibility, revitalization, investments by local government, also contribution to culture and local tourism. However, the study approach is based on the concept of landscape. Therefore, bibliographical researches related to the theme were made, focusing on a landscape perception and geographic vision with phenomenological foundations, interviews were also done to obtain the basic data of this research. It is a methodology used aiming on the phenomenological hermeneutic and is understood based on philosophical interpretations, and of human experience, obviously with a literary baggage, considering that this method addresses interpretation of phenomena, interviews; reports of experiences; observation, critical posture and among other traits related to it. This work brings as a purpose all these aspects turned to the cultural geography, with intention of awakening a critical optic and perception for the local patrimonies of the city of Alagoinha-PB, which can be enriched, considering that such assets are part of the cultural history of the city.

**Keywords:** Houses; Restoration; Historical heritage; Cultural heritage; Landscape.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do município de Alagoinha/PB	19
Figura 2 - Fachada do casarão	24
Figura 3 - Portão do casarão e lateral da fachada	26
Figura 4 - Lateral do casarão C1, interior da sala, acesso à cozinha e azulejo da área externa	27
Figura 5 - Casarão C2 fachada e lateral	28
Figura 6 - Casarão C3 fachada e lateral	29
Figura 7 - Casarão C4 fachada, lateral e entrada do casarão C5	30

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Sistematização e critérios de escolha e organização do antigo ao recente

28

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

C1 - Casarão do Assentamento Cajá

C2 - Casarão da Rua Elias Barbosa

C3 - Casarão da Praça Alfredo Moura

C4 - Casarão da Fazenda Experimental

C5 - Casarão da Fazenda Experimental

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EMBRAPA - Empresa brasileira de pesquisa e agropecuária

EMPAER - Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PPCM - Política de Patrimônio Cultural Material

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2 SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ALAGOINHA-PB</b>	17
<b>3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PERSPECTIVA DE EXPERIÊNCIA</b>	19
3.1 Geografia Cultural e a perspectiva de experiência: análise fenomenológica	20
3.2 Patrimônio Histórico: Políticas culturais, memória histórica e preservação	22
<b>4 DISCUSSÃO ACERCA DO LEVANTAMENTO SOBRE OS CASARÕES DE ALAGOINHA-PB</b>	23
4.1 Levantamento histórico e familiar	24
<b>5 CONSIDERAÇÕES</b>	31
<b>REFERÊNCIAS</b>	33
<b>ANEXO A - Histórico do assentamento Cajá (onde localiza-se o C1)</b>	37
<b>ANEXO B - Imagem do casarão sendo utilizado como sede da comunidade</b>	37

## 1 INTRODUÇÃO

A paisagem é dinâmica e está em constante transformação. Enquanto a observamos em movimento contínuo, cabe à sociedade identificar e selecionar os elementos culturais que merecem ser preservados, restaurados e valorizados. É importante também diferenciar a paisagem a ser vivida daquela que se torna um produto comercializável. Embora não possamos congelar a paisagem, pois ela está em constante desenvolvimento, podemos preservar elementos simbólicos que valorizam a mesma. Considerando os monumentos históricos que, além de serem parte da história, carregam em si vivências de gerações que vieram a ser modificadas ao longo do tempo.

A discussão da Geografia referente ao patrimônio histórico-cultural é imprescindível, já que a paisagem está impregnada por essas referências humanas (patrimônio cultural e paisagem). Segundo Pereira (2022), é das relações sociais que se originam os valores culturais, e do mesmo, surge o interesse na ciência geográfica para a discussão do tema, que irá abranger questões socioterritoriais e sociogeográficas. O autor ainda ressalta que a paisagem é considerada um produto das relações entre sociedade e natureza.

Ademais a paisagem dentro de um contexto geográfico refere-se a aspectos perceptíveis, e de acordo com Pereira (2022) pode ser identificada em três fatores: ambiente, panorama ou patrimônio natural, que é de suma importância a ser discutido, pois tem como objeto as relações entre sociedade e a natureza. Sendo a relação entre sociedade e a natureza, responsável pela paisagem cultural devido a interferência do homem no meio natural, o que confere sentido à questão cultural. A partir de 1992 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) adotaram o conceito de paisagem cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais conforme o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN 2015).

Em consonância com a Unesco, o Iphan regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN 2015).

O patrimônio histórico-cultural tem a necessidade de ser preservado devido à memória cultural que o mesmo carrega. As civilizações clássicas, a exemplo da Grécia, já priorizavam a conservação de suas obras, patrimônios histórico-culturais como a torre Eiffel, grandes pirâmides, grandes templos, entre outros possuem uma visibilidade mundial, além de sua história e cultura mantendo-os preservados. Sendo assim, praticando a conservação preventiva,

pois faziam a separação de materiais e técnicas para a execução de suas esculturas e pinturas. Rodrigues (2012) diz que, a restauração era praticada para recompor partes de peças que teriam sido danificadas pelas guerras e roubos. Para Avelino (2013), a restauração de obras consiste em preservar as características fundamentais que identifiquem o edifício, que delimitam a sua época e o seu estilo construtivo para realizar o mínimo de alterações possíveis na obra original, mantendo assim a sua história. Ademais, as intervenções que forem inevitáveis deverão apresentar o caráter reversível.

Já a conservação, o reforço e o restauro do patrimônio histórico, requer uma perspectiva interdisciplinar. Segundo Lourenço e Oliveira, (2004) o valor e a autenticidade do patrimônio não podem ser baseados em critérios fixos porque o respeito devido a cada cultura requer também que a sua herança física seja considerada dentro do contexto cultural ao qual pertence. Assim, de modo geral, a necessidade em conservar, reforçar e restaurar tem que ser dirigida diretamente à sociedade para fins de um olhar mais crítico e consciente, pois é escassa a notoriedade para o patrimônio histórico-cultural local.

À priori, é possível levantar o questionamento de que, a sociedade tende, a “gostar” do turismo fora de sua região, com o intuito de explorar e valorizar outros pontos turísticos. Entretanto, existem patrimônios menores que ainda não são conhecidos, que foram pouco estudados, mas que também são ricos em cultura e história, com uma influência de suma importância junto às características regionais transcendentais.

O Brasil possui inúmeros patrimônios, muitos ainda não reconhecidos, todavia, alguns vistos internacionalmente pelo seu valor material e imaterial para a população. A Unesco identifica e cataloga esses atrativos com o intuito de proteger e preservar para as gerações posteriores. Entre os exemplos, destaca-se o centro histórico de Salvador tombado como patrimônio nacional entre 1938 a 1945 para garantir a preservação de seus vários monumentos segundo o IPHAN (2014) João Pessoa-PB uma das cidades mais antigas do Brasil segundo o IPHAN (2014), fundada depois do Rio de Janeiro e Salvador, com patrimônios com grande valor paisagístico. Diante desse fato, o IPHAN publicou em (2018) sobre Política do patrimônio cultural material, diz que:

Consolidada pelo Iphan, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) foi instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. Esta normativa servirá de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro. A consulta pública - aberta pelo Iphan - permitiu que toda a sociedade participasse com contribuições que resultaram no texto final do documento (IPHAN, 2018).

Para Knack (2007) a memória, enquanto patrimônio imaterial, deve ser acessada de

maneira crítica, sendo utilizada para resgatar e apresentar todo seu contexto de história e luta, pela qual, abrangeu ao decorrer dos anos e que pode influenciar na cultura atual. Manter o laço com o passado é extremamente importante para a memória da população, para a beleza do lugar e para o turismo. Tendo em vista que, toda a produção material feita pelo homem também vai ser “imaterial”, sendo assim, cultura refere-se à influência humana e ao uso de determinado objeto que, depois de ser utilizado pelo homem, torna-se um bem cultural e exerce uma função na sociedade.

Com o objetivo de promover a colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade em âmbito nacional, é importante considerar que ambos estão interligados. Nesse sentido, conforme destaca Corrêa (2009, p. 4) “as relações entre a cultura e a política manifestam-se de forma material e imaterial, classificando que a cultura está “impregnada” de política, e a dimensão política da cultura se dar de diversas possibilidades de interpretação da mesma paisagem”. Essa perspectiva ressalta a capacidade da cultura de trazer significados que despertam a curiosidade tanto no senso comum quanto nos estudiosos, permitindo abordagens geográficas, culturais, políticas, econômicas e sociais sobre um determinado lugar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (Brasil, 2010), a Paraíba caracteriza-se por possuir uma das mais relevantes diversidades sociais e naturais em comparação aos demais estados da região. Possuindo regiões geográficas intermediárias, as quais possuem espaços potenciais para uso turístico pela importância do seu histórico-cultural e também reconhecimento do potencial paisagístico. Como exemplo temos o centro histórico de João Pessoa-PB uma das cidades mais antigas do Brasil segundo o IPHAN (2014), fundada depois do Rio de Janeiro e Salvador, com patrimônios de grande valor paisagístico, materiais e imateriais.

Levando em consideração o contexto paisagístico também nas regiões adjacentes, pode-se abranger o município de Alagoinha-PB, tendo em vista, neste caso em estudo os seus casarões pouco estudados, mas visivelmente com um potencial cultural e turístico imponente e pouco valorizados. Já que, as casas e prédios que representavam outros grupos sociais da época, como por exemplo, descendentes de escravos, outros foram sendo demolidas ou abandonadas pelo poder público, devido ao desenvolvimento urbano e modernização das cidades, caindo em descaso.

Portanto, este trabalho tem como finalidade trazer todos esses aspectos voltados para a Geografia Cultural, com o intuito de despertar uma visão crítica e de percepção para os patrimônios históricos da cidade de Alagoinha-PB, que podem ser valorizados, tendo como foco específico aqui, os casarões em deserção, ou seja, em abandono pelos proprietários ou pelo

poder público municipal.

Mesmo com a existência da política de tombamento para bens imóveis que tem por intuito preservar oficialmente o valor histórico, cultural, arquitetônico ou ambiental daquele local, ainda existe uma lacuna na base desta política. Contudo, o abandono de diversos patrimônios históricos resulta no apagamento de sua memória ao longo dos anos, afetando, assim, tanto a memória coletiva quanto a individual da população.

Tendo em vista que tais patrimônios fazem parte da história cultural da cidade, os mesmos são, atualmente, pouco reconhecidos ou conservados, tanto pela população, quanto pelo poder público. Dessa forma, algumas questões podem ser levantadas e discutidas, como: Fazer um levantamento histórico das famílias proprietárias dos casarões para descobrir o por que alguns casarões estão em estado de deserção? O que fazer para mudar isso? Como utilizar esse patrimônio histórico para fins culturais e econômicos e manter a memória histórica do local? E se houvesse a identificação dos casarões e das famílias proprietárias dos mesmos, haveria interesse em dá uma funcionalidade aos casarões em deserção?

Neste contexto, o objetivo deste artigo científico foi realizar um levantamento histórico e cultural das famílias, juntamente com a seleção de casarões fechados e/ou abandonados da cidade de Alagoinha-PB, para compreender as razões da deserção dos mesmos pelos proprietários ou pelo poder público. Além disso, listaremos os casarões selecionados que estão abandonados e/ou fechados em Alagoinha/PB, para obter informações necessárias para o estudo sobre os mesmos.

Também, saber se o poder público municipal possui mecanismos de proteção e manutenção do patrimônio histórico-cultural em estudo. Com intuito de compreender se está sendo utilizado este mecanismo, para fins de preservação desses patrimônios histórico-culturais. Por fim, sugerimos a revitalização e o tombamento desses casarões para uso cultural ou até mesmo turístico como prática econômica no município de Alagoinha-PB, gerando assim condições turísticas, de preservação e também melhorando a economia local do município, associando os patrimônios à secretaria municipal de cultura.

A importância desta pesquisa se dá a partir do direito à memória histórica, percepção da paisagem e visão geográfica com fundamentos fenomenológicos. Sobretudo, enxergar a paisagem na qual faz parte do nosso espaço geográfico como um elemento pertencente a nós, sujeitos. Ter uma visão e interpretação fenomenológica, ou seja, constituir a partir das experiências vividas o contato com o objeto, neste caso os casarões.



## **2 SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ALAGOINHA-PB**

Este estudo tem como enfoque o método fenomenológico hermenêutico e caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, considerando que essa metodologia aborda interpretação dos fenômenos, entrevistas; relatos de vivências; observação, postura crítica e entre outras características relacionadas à metodologia. Além disso, levar em consideração a investigação do patrimônio a ser estudado.

Esta pesquisa tem como base dados bibliográficos dados a partir de livros, artigos, teses e entre outros, e entrevistas levantadas a campo, para obter informações e conhecimentos populares dos cidadãos locais, através de entrevistas e análises dos discursos e material visual. Contudo, a finalidade deste estudo é contribuir para a história cultural dos casarões e fazer com que os mesmos tenham mais visibilidade pela população e pelo poder público, contribuindo assim para a preservação dos mesmos.

Foi feito um levantamento bibliográfico específico sobre patrimônio cultural, no IBGE, IPHAN e Scielo. Com o intuito de levar a esses patrimônios históricos e culturais locais visibilidade, revitalização, investimentos pelo poder público local e contribuição para a cultura e o turismo municipal. Portanto, a abordagem do estudo se fundamenta no conceito de paisagem. A partir disso, foram feitas pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema, com direcionamento à percepção da paisagem e visão geográfica com fundamentos fenomenológicos.

Uma pesquisa documental foi conduzida por meio de entrevistas na Prefeitura Municipal da cidade, com a presidente do assentamento Cajá (localizado um dos casarões). Foi ouvido também relatos de moradores do assentamento e de pessoas que não quiseram ser identificadas para obter as informações base dessa pesquisa. Ocorreu um trabalho de campo para a observação de características arquitetônicas e retirada de fotografias.

O método fenomenológico hermenêutico utiliza principalmente a filosofia, e também as ciências sociais, onde se dá a partir do sujeito descrevendo objeto, ou seja, a procede do ponto de vista do sujeito após ele se aprimorar com dados, intelectualmente. É um método compreendido com base em interpretações filosóficas, e da vivência humana, obviamente que com uma bagagem literária. Criada por E. Husserl (1859-1938) como uma corrente filosófica na qual se faz ciência de maneira mais “simples”, vendo o pesquisador como um sujeito pensante e que não pode ser “descartado” perante o objeto de pesquisa.

Nas palavras de Merleau-Ponty (1999, p. 01) a fenomenologia:

[...] é o estudo das essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira se não a partir de sua facticidade'. [...] É a ambição de uma filosofia que seja uma ciência exata', mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo "vivido." É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é e sem nenhuma referência à sua gênese psicológica e às explicações causais que [...] dela possam fornecer.

Segundo Pádua (2013), a experiência geográfica antecede a ciência e independentemente dela, mas pode ser reparada no campo filosófico da fenomenologia - consciência geográfica - porque para a fenomenologia não há separação entre sujeito e objeto e a consciência se mostra ao mesmo tempo intencionalmente, experiência e vivência do eu, fazendo com que as coisas se revelem em si.

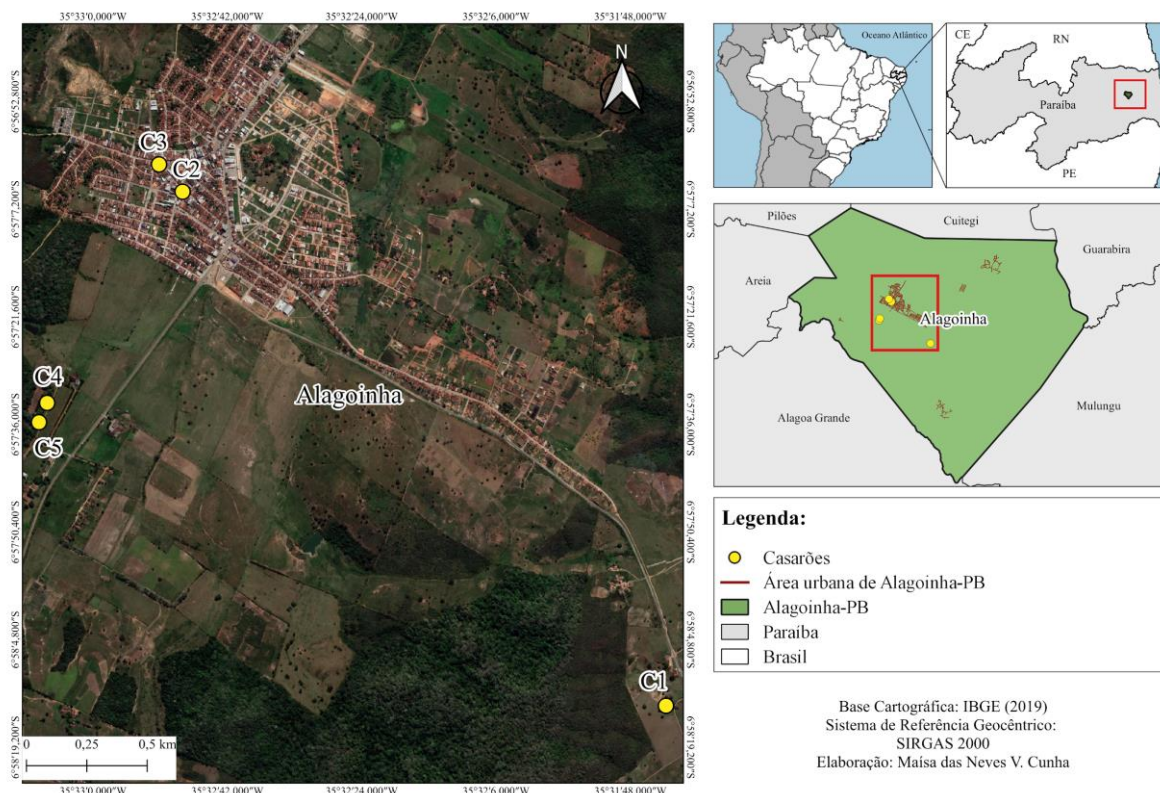
A pesquisa foi realizada no município de Alagoinha-PB, em toda sua amplitude, incluindo a zona rural e urbana onde estão localizados os casarões. A característica geográfica do município de Alagoinha indica que ele está localizado na região adjacente de Guarabira-PB e intermediária de João Pessoa-PB, no Agreste do Estado da Paraíba. Sua área é de 85 km<sup>2</sup> representando 0.1507% do Estado, 0.0055% da Região e 0.001% de todo o território brasileiro. E a sede do município tem uma altitude aproximada de 133 metros, distando 77,4162 km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/PB 079/PB 075 (CPRM, 2005; IBGE, 2017).

A característica histórica de Alagoinha remonta ao fato de que o local onde hoje se situa o município foi um ponto de passagem de contrabandistas franceses, que, por volta do século XVI, percorriam a região em busca de ouro na Serra da Copaoba, território que abrangia a área de Guarabira-PB. Na época, a região era habitada por algumas nações indígenas, como exemplo: a dos Potiguaras. Os primórdios de povoamento se deram em 1864 com a construção de uma casa às margens de uma lagoa, destinada para hospedagem dos tropeiros que iam para a feira de Mamanguape-PB. Há outra versão, apresentada pelo historiador Coriolano Medeiros, onde a povoação foi fundada em 1870 por Luiz Honorato, que construiu ali a primeira residência e um estabelecimento comercial. Junto a ele outros pioneiros como o Tenente José Joaquim de Moura, o Capitão Firmino Alves Pequeno, o Capitão Francisco da Costa de Paula Pereira e José Luiz Beltrão (Prefeitura Municipal de Alagoinha-PB, 2021).

O distrito de Paz de Alagoinha foi criado em 25 de outubro de 1921 através da Lei nº 533. Na divisão administrativa do Brasil, realizada em 1936, Alagoinha se apresentou como um distrito de Guarabira e manteve-se nestas condições nas divisões dos anos 1937 e 1938, bem

como no quinquênio 1939-1943. A povoação foi declarada vila em 30 de março de 1938, pelo Decreto-Lei nº 1010. Em 31 de dezembro de 1943 teve sua denominação mudada de Alagoinha para Tauatuba, que em linguagem indígena significa “abundância de barro vermelho”. Contudo, cinco anos depois (1948), um Projeto de Lei do deputado Hiati Leal, restaurou a antiga denominação e a emancipação ocorreu em 3 de dezembro de 1953, através da Lei nº 979. A instalação oficial ocorreu em 30 de dezembro de 1953, com a posse do primeiro prefeito, Dr. Geraldo Gomes Beltrão (Prefeitura Municipal de Alagoinha-PB, 2021).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Alagoinha/PB



Fonte: Maísa das Neves V. Cunha

### 3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PERSPECTIVA DE EXPERIÊNCIA

Um trabalho de pesquisa requer um olhar mais aprofundado para o tema que iremos nos debruçar. Nesta pesquisa debatemos sobre os estudos da Geografia Cultural, patrimônio histórico, políticas culturais, memória histórica, preservação histórica e perspectiva de experiência, sendo assim essenciais para a base metodológica deste trabalho. Adotamos uma abordagem multidisciplinar, integrando diferentes perspectivas para enriquecer a análise do tema, que visa uma abordagem do conceito de cultura e seus elementos, destacados aqui, pela análise do casario presente no município de Alagoinha-PB.

### 3.1 Geografia Cultural e a perspectiva de experiência: análise fenomenológica

A Geografia cultural para Caetano e Bezzi (2011) é uma ciência geográfica centrada no conceito de cultura, onde tem como entrelaces a paisagem cultural, e o código cultural que passou por transformações teóricas ao decorrer de sua evolução. Ainda é possível perceber que a formação da paisagem cultural propõe obter a leitura da cultura e história de um povo, através da manifestação dos valores, crenças e demais virtudes. Ademais, muitas paisagens se formam de diferentes maneiras, tendo em vista as diferentes culturas que existem e possibilitam essa diversidade.

Segundo Caetano e Bezzi (2011), “pode-se afirmar que os atributos culturais se expressam nas paisagens através do estilo arquitetônico das casas, trajés, arte, gastronomia, religião, músicas, danças e festividades, entre outros elementos”. Com isso, a cultura se manifesta na paisagem através de códigos culturais<sup>1</sup> que permitem a visualização dessa cultura na mesma. Para este estudo que tem como base os antigos casarões, enfocando de que forma os códigos culturais materializaram o estilo arquitetônico dos mesmos.

Este permite visualizar os aspectos físicos e os feitos característicos que comprovam a utilidade prática da residência, como, por exemplo, a estruturação dos aposentos e a configuração da área que rodeia e organiza o espaço dessa habitação. Assim, enfatiza-se a importante relação entre a cultura manifestada na paisagem pelas formas específicas expressas pelo estilo da casa (Caetano; Bezzi, 2011, p. 462).

Para Pelegrini (2006), a compreensão sobre patrimônio histórico-cultural engloba o ambiente inteiro, ou seja, o ambiente em seus vários aspectos (natural, artificial e cultural), pois dessa forma será possível a interligação dos bens materiais com a natureza e as valorações culturais (bens imateriais) de cada comunidade. Desse modo, o cenário do Nordeste foi representativo em seus patrimônios culturais, singularidades próprias caracterizadas por suscetibilidade climáticas desde os primórdios da colonização, conforme esclarece Andrade (1964, p.6-7):

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde a época colonial entre a ‘Zona da Mata’ com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas –uma chuvosa e outra seca –do Sertão, também quente, porém seco, e não só seco como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra firma-se uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Zona da Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Daí, dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que, política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura. Daí podermos, em um

---

<sup>1</sup> Códigos culturais é um conjunto de elementos que serve para identificar a identidade de um grupo social.

ensaio de síntese como este sobre o Nordeste, dividi-lo em três regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste e Sertão (Andrade, 1964, p.6-7).

Com isso, a experiência e vivência se fazem essenciais, ou seja, na fenomenologia o imaterial consiste como base para o material ter um “sentido”. Para Merleau-Ponty (1999) diz que a ciência se dá de uma visão e interpretação do homem ao objeto estudado, sendo assim o entendimento a partir da compreensão e experimentação do mundo.

Tuan, desde a década de 70, já ressaltava a importância da abordagem fenomenológica em Geografia, uma vez que ela não procura compreender o homem ou o mundo como abstrações, mas o ser-no-mundo, a natureza da experiência e o sentido de ser. Assim, o objeto e o sujeito são um só, partindo desse princípio a experiência, vivência e história, na qual se deve manter preservada.

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda (Merleau-Ponty, 1999, p. 3).

Assim a fenomenologia se faz uma orientação de suma importância no campo da Geografia, principalmente a Geografia humanista. Segundo Pickles (1985, p. 2), “Há uma tendência inata ao geógrafo de possuir afinidades com seus objetos de estudo em função de sua experiência, criando, dessa maneira, a consciência geográfica”. Isso com base em seus estudos e ciência na década de 80, já era possível ter essa percepção que se perpassa por aproximadamente duas décadas depois, ainda trazendo significado.

Neste sentido, a perspectiva fenomenológica na Geografia traz uma relevância impactante. Tendo em vista que, a mesma não compreende o homem é o mundo de uma maneira abstrata, mas sim, a natureza da experiência e o sentido de ser. Considerando também que a Geografia revela e espelha o homem, refletindo a percepção, segundo a visão de Yi-Fu Tuan. Já com bases em análises mais recentes Nóbrega (2008, p. 142) vai destacar que:

A análise clássica da percepção distingue os dados sensíveis e a significação, ao passo que a análise fenomenológica nos permite ultrapassar as alternativas clássicas entre o empirismo e o intelectualismo, entre o automatismo e a consciência. Essa perspectiva apoia-se num ponto fundamental: o movimento.

Diante desse fato, é possível perceber a importância da reflexão/discussão levantada, avaliando diretamente a percepção, e como ela agrega conhecimento para Geografia Humanista, para fenomenologia e para o sujeito distinguindo e significando a percepção.

### **3.2 Patrimônio Histórico: Políticas culturais, memória histórica e preservação**

A diretriz dada pelos órgãos oficiais como o IPHAN e outros, sendo criados nos Estados e municípios, fizeram desenvolver uma política nomeada de tombamento que valorizava aspectos formais de caracterização das obras de arte “puras”<sup>2</sup>.

A preocupação em consagrar um patrimônio que enfatiza apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e de uma classe social dirigente, ou seja, a classe dominante, isso fez com que apagasse marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população.

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia e o valor das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o direito à memória se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias que queremos contribuir para construir. E sempre é bom insistir em que salientar sua diversidade e multiplicidade significa reconhecer que como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais (Fenelon, 1992, p. 13).

Para Fenelon (1992 *apud* Silva, 2009, p. 18), o direito à memória constitui sob uma proporção fundamental do pleno exercício da cidadania, onde se afastado de suas lembranças e de seu passado, para o mesmo nada restará do presente, exceto contemplar, mudos e perplexos, a passagem da história. A consagração dos elementos simbólicos, segundo Fenelon (1992), durante muito tempo, foi feita e voltada sempre à elite. Dessa forma, a maioria da população continuou não se reconhecendo com base nesses símbolos, sendo expropriada de sua memória e história.

Ademais, interligando o direito à memória com o de preservação, Carbonar (2001) relata que os caminhos para que haja preservação são vários, porém destaca-se a educação como conscientização da comunidade e o tombamento, que é responsabilidade do poder público. Além disso, educação patrimonial deve ser voltada ao despertar da consciência preservacionista, objetivando assegurar a preservação dos patrimônios, do meio ambiente, da cultura e também da memória.

---

<sup>2</sup> Obras de artes puras é a expressão dada a arte que é livre de influências externas, baseada na capacidade de observação e visão pessoal e original.

A memória e história de um povo, reflete muito sobre o mesmo, a memória coletiva traz um conjunto de saberes, práticas e representações, com isso símbolos culturais para construir a identidade daquele local. A realidade no estado da Paraíba se dá, de vivências históricas, culturais e sociais, que se mantém viva através desses casarões em estudo, que trazem uma rica herança colonial e imperial consigo. Como exemplo, o centro histórico de João Pessoa, a capital da Paraíba possuindo uma arquitetura colonial bem preservada.

#### **4 DISCUSSÃO ACERCA DO LEVANTAMENTO SOBRE OS CASARÕES DE ALAGOINHA-PB**

Para desenvolvimento desta pesquisa, de início, foi feito um levantamento geral com José Félix de Brito - Secretário de Administração do município de Alagoinha-PB, onde, foi relatado que não se tem na Prefeitura Municipal um registro de quantos casarões há na totalidade do município, apenas registros imobiliários individuais de cada imóvel. Com isto, foi escolhido dar seguimento a pesquisa utilizando uma abordagem de amostragem, ou seja, foram selecionados cinco casarões, de um total indeterminado pela prefeitura, visto que, não há um levantamento específico de todos os casarões na delimitação do município.

Tendo em vista que este estudo se baseia em órgãos públicos de caráter histórico, a falta de detalhamento e atenção a esses patrimônios é preocupante, considerando que se tratam de bens históricos locais com uma forte característica cultural. Informações básicas como um documento com a data de construção, quem construiu, se são tombados e entre outras características informais, que não existem. Há um completo desdém quanto às referências por vezes necessárias, voltadas aos imóveis que são de suma importância.

Foram visitados os cinco locais onde se encontram os casarões (Figura 1). Os mesmos não são denominados, logo caracterizei com siglas, do mais antigo (conhecido popularmente) ao mais recente para o estudo. Será discutido a quem esses casarões permaneceram e para qual finalidade se deu os mesmos até então. A seguir serão expostos os cinco casarões visitados, na sequência que condiz com seu tempo e a frente, a área do município em que ele se localiza.

Tabela 1 - Sistematização e critérios de escolha e organização do antigo ao recente

C1	Casarão do Assentamento Cajá
C2	Casarão da Rua Elias Barbosa
C3	Casarão da Praça Alfredo Moura

C4	Casarão da Fazenda Experimental
C5	Casarão da Fazenda Experimental

Os casarões estão localizados no município de Alagoinha-PB, região adjacente de Guarabira-PB, na área urbana do município, o C2 e C3 estão posicionados no centro urbano, enquanto o C1, C4 e C5 estão situados nas margens da delimitação urbana. O único que ainda é utilizado é o C4 na Fazenda Experimental como sede da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMPAER). Os demais encontram-se fechados e em estado de degradação, sem a conservação necessária para o patrimônio.

#### **4.1 Levantamento histórico e familiar**

Dando início ao estudo pelo Casarão do Assentamento Cajá (C1). Esse patrimônio é muito conhecido e bastante visível não só para a população local, mas, também para a população ao todo como moradores de toda região pois, o mesmo se localiza na rodovia PB-063 que liga o município de Alagoinha-PB ao município de Mulungu-PB. O casarão chama muita atenção devido a sua estrutura que traz características do período colonial, como pode ser observado na Figura 2. Além disso, segundo a população local ele é bastante visitado por alguns turistas que passam pelo local e se atraem com a bela estrutura. Por não ser um ponto turístico oficial, não existe nenhum tipo de controle dessas visitas.

Figura 2 - Fachada do casarão





Fonte: Da autora (2024)

Esse local é cercado de diversas histórias populares que circulam sobre ele. As informações adquiridas pela prefeitura é de que esse casarão pertenceu a João Batista de Lima Brandão, foi feita entrevista também com Gicele a presidente do Assentamento Cajá pertencente ao grupo social Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (área onde está localizado o casarão) e outros que não se identificaram. Gicele possui um documento, o qual relata a história do assentamento (mais informes encontra-se no anexo), e informações como de que, o casarão serviu como sede por alguns anos para comunidade, ou seja, lá recebia visitantes da igreja como padre Luiz, que junto com Isabel Pontes iniciaram nos anos de 1980 a busca por libertação dos moradores da terra de Batista Brandão (como era conhecido). Os que ali moravam eram escravizados, e depois de anos de conflitos, conseguiram a assinatura do decreto de desapropriação.

Atualmente se encontra em estado de deserção, por estar localizado em terra de assentado, não se tem um investimento por parte proprietária, visto que, o governo não permite nenhum tipo de mudança no patrimônio. A presidente do assentamento relatou que a prefeitura municipal já procurou a mesma para uma restauração no patrimônio voltado para o estilo barroco (que é o seu modelo), porém, não deu seguimento a proposta. Com isso, não se tem nenhum ato de preservação ou conservação do local atualmente, algumas partes já estão se

desestruturando, com a falta de restauração como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Portão do casarão e lateral da fachada



Fonte: Da autora (2024)

Possui traços arquitetônicos antigos, como azulejos que lembram características de azulejos portugueses, e sua estrutura é barroca, com aproximadamente mais de 100 anos com base nas informações de Gicele, o mesmo é um local rico em cultura e em história, observando-se na Figura 4. Partindo para área fenomenológica e cultural, traz ao visitante uma diversidade de sentimentos. Com a restauração para esse local seria um grande ponto turístico e cultural, atrativo a cidade tendo em vista, suas características e sua localização de fácil acesso que traz um potencial ainda maior para esse casarão, esse fato desperta na comunidade do assentamento uma proposta de transformar esse patrimônio em um restaurante rural, ou pousada segundo Gicele. Porém, faltam recursos por parte de órgãos públicos e projetos que designam o avanço dessas propostas.

Figura 4 - Lateral do casarão C1, interior da sala, acesso à cozinha e azulejo da área externa



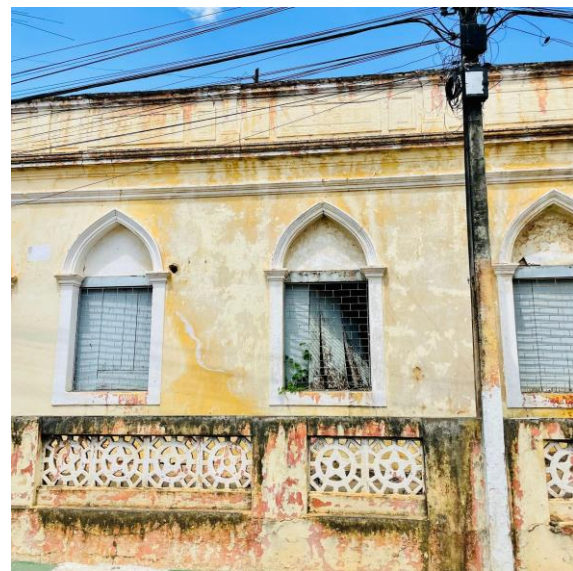
Fonte: Da autora (2024)

Dando seguimento a pesquisa com o Casarão da Rua Elias Barbosa (C2), essa é uma propriedade privada. Pertenceu a Maria da Glória Aquino de Oliveira, mais conhecida como “dona Glória de Pimentel”, na qual se dá o nome da rua à frente, devido a sua influência econômica. Essa propriedade possui uma característica arquitetônica colonial antiga, a sua estrutura é em formato de “L”, por ser em uma esquina, esse modelo de edificação tem o nome de “morada e meia”, segundo Assis Júnior e Cavalcante (2020). Atualmente, a propriedade estava sob responsabilidade de herdeiros da mesma, porém o imóvel foi vendido para Andreia Fortunato uma empresária do município, que tem intuito de demolir o casarão para construir um edifício.

Essa propriedade tem em média 75 anos e estima-se que ele foi construído antes do fundamento da cidade. Possui uma beleza única, com características que fazem o mesmo se destacar com seus beirais de cimalha, os quais dão destaque nas fachadas, características

referentes a famílias com muitos bens na época, conforme cita Assis Júnior e Cavalcante (2020). Esse patrimônio está localizado em uma área de fácil acesso no centro urbano, está em estado de deserção, sempre foi um imóvel residencial e tem um grande potencial turístico. Também, nunca foi modificado, apenas pintado com o intuito de preservação de suas características, e também conservação do mesmo.

Figura 5 - Casarão C2 fachada e lateral



Fonte: Da autora (2024)

Em seguida o Casarão da Praça Alfredo Moura (C3) também uma propriedade

residencial atualmente não é utilizada, é privada e pertencente aos herdeiros de José Anchieta da Silva e de sua esposa Odise Coutinho da Silva. Essa família tem um status social elevado, e de suma importância para a fundação da cidade, um dos herdeiros atualmente ocupa o cargo de prefeito do município (Alirio Filho).

Esse imóvel segue na família e tem em média mais de 75 anos, também se estima que foi construído antes da fundação da cidade, visivelmente suas características são de arquitetura colonial, também com enfoque na sua estrutura, possui beirais de cimalha, para distinção de classe social, se as famílias fossem abonadas com influências econômicas ou políticas. Segundo a prefeitura, há intenção de comprar o imóvel aos herdeiros, para utilização de um museu, levando em consideração a sua estrutura conhecida como sobrado é perceptível um grande potencial para um museu ou um teatro municipal, dando assim uma utilização para o imóvel.

Figura 6 - Casarão C3 fachada e lateral



Fonte: Da autora (2024)

Para finalizar essa parte da pesquisa os Casarões da Fazenda Experimental (C4 e C5) pertencem ao Ministério da Agricultura que é de poder público e estima-se que foram construídos desde 1950. São casarões públicos que já serviram a (EMBRAPA) Empresa brasileira de pesquisa e agropecuária e hoje servem a (EMPAER) assistência, pesquisa e extensão rural. O C4 é o maior casarão que serve como escritórios e o melhor estado de preservação. O C5 é também um casarão à parte que teve o intuito de sua construção para ser moradia para os trabalhadores, ou seja, os agricultores. Nenhum dos dois casarões nunca foram

modificados apenas pintados, porém a estrutura primária segue intacta conservando assim toda sua memória histórica e cultural

Figura 7 - Casarão C4 fachada, lateral e entrada do casarão C5



Fonte: Da autora (2024)

Os mesmos possuem pelas suas estruturas um potencial cultural vasto, que poderia ser aproveitado pelos órgãos públicos para finalidades culturais e atrativas no município, visto que, os mesmos não são utilizados pelos proprietários (herdeiros). Uma alternativa seria criar projetos que trariam benefícios culturais e econômicos, tendo a oportunidade de revitalizar tais edifícios, ao mesmo tempo em que utilizaria sua estrutura em prol da sociedade.

A falta de cuidado aos casarões é nítida, e nada se é feito para preservação desses patrimônios. A aplicação de uma política de tombamento a esses patrimônios seria de grande importância, a fim de evitar que continuem a passar pelo processo de degradação em que se encontram. Isso ajudaria a prevenir a perda de bens históricos, como no caso do casarão C2, em que o entrevistado (Félix) mencionou a possibilidade de demolição pela nova proprietária para a construção de outro edifício.

Os resultados desta pesquisa foram satisfatórios, embora a escassez de algumas informações tenha dificultado uma análise mais aprofundada em determinados pontos. Consideramos, portanto, que é necessário um esforço maior por parte das autoridades locais e instituições de preservação para garantir a coleta e o compartilhamento de informações relevantes para estudos futuros.

O descaso dos órgãos públicos e dos proprietários é preocupante. Informações básicas, como: Em que ano foram fundados? Quantos casarões existem ao todo? Se tem alguma documentação legal para proteção desses patrimônios? Se há algum projeto para dar a eles um

desígnio? As respostas obtidas foram vagas, e sem nenhuma documentação, apenas por conhecimentos populares.

Sugerimos então a revitalização e o tombamento dos casarões históricos do município de Alagoinha-PB, com o objetivo de preservá-los como patrimônios culturais e promover seu uso para fins culturais ou turísticos. A restauração desses imóveis, aliados ao processo de tombamento, garantiria a proteção de sua arquitetura e história, ao mesmo tempo em que poderia contribuir para o fortalecimento da identidade local. Além disso, a transformação desses casarões em espaços voltados para a cultura ou o turismo traria benefícios econômicos e sociais, atraindo visitantes e valorizando a herança cultural da cidade, ao mesmo tempo em que fomentaria o orgulho da população local por sua história e tradições.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

Levando em consideração o objetivo deste artigo científico, que foi realizar um levantamento histórico e cultural das famílias, juntamente com a seleção de casarões fechados e/ou abandonados da cidade de Alagoinha-PB, a fim de compreender as razões da deserção desses imóveis pelos proprietários ou pelo poder público, podemos afirmar que o objetivo proposto foi alcançado. A pesquisa proporcionou uma análise sobre o tema e contribuiu para a compreensão dos fatores que influenciam o abandono desses patrimônios históricos.

A importância social do patrimônio histórico ultrapassa a sua conservação, abrangendo o papel fundamental que ele tem na formação da identidade cultural de uma comunidade. Assegurando uma função social ativa para esses bens, podemos reforçar os vínculos sociais e incentivar o reconhecimento das memórias coletivas. A investigação acerca dos casarões de Alagoinha-PB ressalta a urgência de conservar esses locais, convertendo-os em recursos culturais, educativos ou turísticos que favoreçam tanto a população local quanto os turistas.

Contudo, o estudo também expõe deficiências nas políticas governamentais, como a implementação imprópria da Lei de Tombamento, que não tem se mostrado eficiente na salvaguarda desses bens. Essas falhas destacam a necessidade de um envolvimento mais intenso das autoridades para assegurar que os casarões sejam recuperados e utilizados de forma funcional, prevenindo sua deterioração e desuso. Portanto, é essencial implementar ações que intensifiquem o papel social dos patrimônios históricos, garantindo sua conservação e apreciação na comunidade.

Neste caso em específico, a pesquisa feita contrapôs questões como descaso por parte das famílias proprietárias dos patrimônios estudados, e também falta de documentações e

informações sobre os mesmos. A falta de investimento tanto pelos herdeiros, quanto pelos órgãos públicos é preocupante, casarões ricos em história, beleza e cultura, encontram-se em degradação e também sujeitos a demolição (como o caso do C2) sem nenhuma lei de tombamento para assegurar os mesmos.

Autoridades administrativas municipais relataram durante a pesquisa o interesse na revitalização e utilização de alguns desses casarões. Entretanto, nada oficialmente documentado, e, portanto, verídico até então, apenas sugestões de um teatro municipal, restauração e pinturas barrocas. Certamente são propostas de suma importância, com um enorme potencial positivo para a cidade, isto é, se eles saíssem do papel.

Pode-se afirmar, que através da proposta de restauração e desígnio a esses patrimônios proporciona a garantia da memória histórica e cultural dos mesmos. Podendo assim, contribuir para a economia do município, promovendo o meio social. Dessa forma, existindo projetos para esses casarões pode-se trazer benefícios mútuos, e revelar a população local que estes patrimônios precisam ser resgatados e restaurados, para assim dar a gerações futuras continuidade a memória histórica daquele local e também o olhar da percepção a paisagem cultural que é a base geográfica para este estudo.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.



ASSIS JUNIOR, J. D. C.; CAVALCANTE, R. B. L. Arquitetura colonial e suas características presentes no centro histórico de Porto Nacional-TO. In: BALSAN, Balsane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional reflexões de ensino, pesquisa e extensão**. Palmas: EDUFT, 2020, p92-101.

AVELINO, B. Diferenças entre restaurar e reformar: Restauro x reforma. 2013. Disponível em: <<http://estudantesdearquitetura.com.br/diferencas-entre-restaurar-reformar/>>.

BELTRÃO, B. A.; MORAIS, F.; MASCARENHAS, J. C.; MIRANDA, J. L. F.; SOUSA, L. C.; MENDES, V. A. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Estado da Paraíba: diagnóstico do município de Alagoinha**. Alagoinha: CPRM: PRODEEM. 2005. v. 1. 20 p. Disponível em: [https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15824/1/Rel\\_Alagoinha.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15824/1/Rel_Alagoinha.pdf)

CAETANO, J. N.; BEZZI, M. L. **Reflexões na geografia cultural: a materialidade e imaterialidade da cultura**. Uberlândia, 2011.

FENELON, D. R. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico**. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, p.09-20, 1992.. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/19205/10342/72384>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados. 2017.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Política de Patrimônio Cultural e Material. Brasília, 2018.

KNACK, E. R. J. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico**: Passo Fundo, RS. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

Lei orgânica do município de Alagoinha PB. Alagoinha, 2005. ALAGOINHA, Prefeitura municipal de Alagoinha. Disponível em: <https://alagoinha.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Lei-Organica-do-Municipio.pdf>

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.662.

NÓBREGA, F.; ARAÚJO, A. L.; BARBOSA, E. et al **Mapeamento, diagnóstico e soluções de manifestações patológicas em edifício histórico. Estudo de caso: Casarão da fazenda Maquiné, Araruna-PB** In: CONIDIS, II, 2017, Campina Grande. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO\\_EV074\\_MD1\\_SA11\\_ID1579\\_02102017225416.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO_EV074_MD1_SA11_ID1579_02102017225416.pdf)

NÓBREGA, T. P. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty**. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estudos de Psicologia 2008, 13(2), p.141-148.

PADUA, L. C. T. A Geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-09122013-114313. Acesso em: 2023-10-10.

PAOLI, M. C. **Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado**. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, p.01-10, 1992. Disponível em: [http://anpuhpb.org/anais\\_14eeh\\_anpuhpb/artigos\\_dos\\_simposios\\_tematicos/ST\\_05\\_Cidade\\_cultura\\_e\\_sensibilidades/Luciana%20Gomes%20da%20Silva%20e%20Vanderleia%20dos%20Santos.pdf](http://anpuhpb.org/anais_14eeh_anpuhpb/artigos_dos_simposios_tematicos/ST_05_Cidade_cultura_e_sensibilidades/Luciana%20Gomes%20da%20Silva%20e%20Vanderleia%20dos%20Santos.pdf)

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140.

PEREIRA, D. C. Patrimônio Cultural e Geografia: uma Análise sobre a Operacionalização dos Conceitos de Paisagem, Território e Lugar nos Processos de Patrimonialização. **Espaço Aberto**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 81–100, 2022. DOI: 10.36403/espacoaberto.2022.51354.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA-PB. **História da cidade**, c2021. Disponível em: <https://alagoinha.pb.gov.br/cidade/historia/#:~:text=O%20local%20onde%20hoje%20se,L,ocal%20onde%20Zuleide%20estava%20perdida>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PICKLES, J. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. Tradução Oswaldo Bueno Amorim Filho. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 41-45.

RODRIGUES, A F. Conservação preventiva para o acervo sob guarda do arquivo histórico/UFJ: Um estudo de caso. Semana de história da UFJF,29. Anais da XXIX semana de história da Universidade de Juiz de Fora-2012.

SOUZA, R. M.; PASSOS, M. M.; YAMAKI H. Percepção da paisagem: O caso das construções antigas da cidade de Guaraqueçaba/PR. **Revista Geomae 2** (esp), 191-206, 2011. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=casar%C3%B5es+antigos&oq=casar%C3%B5es#d=gs\\_qabs&t=1691854176460&u=%23p%3DvtROKDKayJUJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=casar%C3%B5es+antigos&oq=casar%C3%B5es#d=gs_qabs&t=1691854176460&u=%23p%3DvtROKDKayJUJ)

SILVA, A. **Levantamento e diagnóstico das manifestações patológicas em patrimônio histórico: estudo de caso do casarão do coronel Targino no município de Araruna-pb**. 2017. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, 2017. 78 p. Disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/26569/1/PDF-%20Andreia%20da%20Silva.pdf>

TUAN, Y. **Espaço e lugar a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPBB-6YTKVJ/2/disserta\\_o\\_representa\\_es\\_sociais\\_e\\_a\\_intersubjetividad\\_.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPBB-6YTKVJ/2/disserta_o_representa_es_sociais_e_a_intersubjetividad_.pdf)

ULLER A. S.; CARBONAR, M. A.; ULLER, W. **Preservação do Patrimônio Local: Uma questão para a Educação Mundial. Retratando Nossa Realidade em Ponta Grossa**. 1 ed.

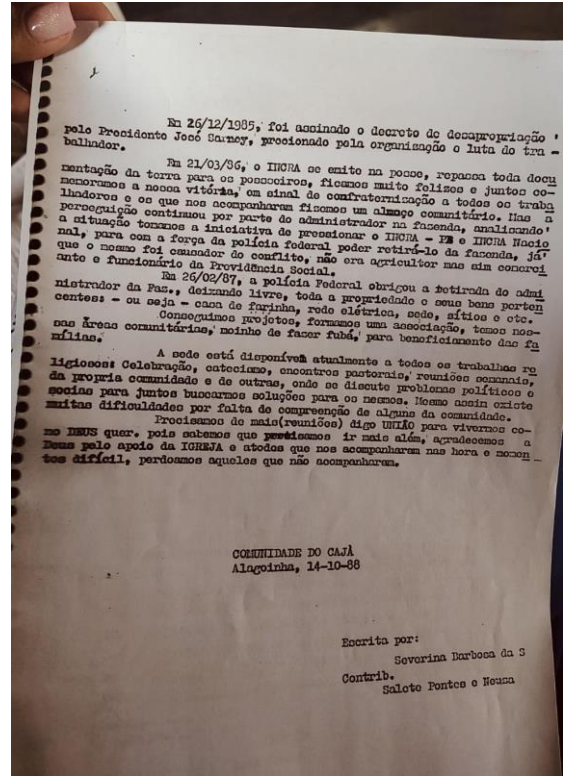
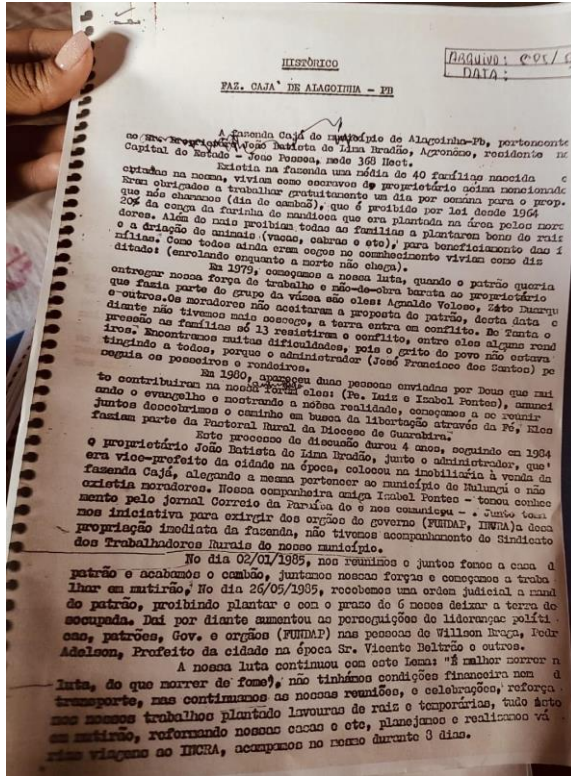
Apucarana: Gráfica Diocesana, 2001. Disponível em:

[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606691\\_ARQUIVO\\_Patrimoni  
ohistoriaememoria.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606691_ARQUIVO_Patrimoni%20ohistoriaememoria.pdf)

VANNUCCI, A. **Cidade, patrimônio e ativismos urbanos: o casarão da Vila Guilherme entre a memória e o direito à cidade.** Revista Ensaios de História. São Paulo. v. XXIII, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://seer.franca.unesp.br/index.php/ensaiosdehistoria/article/view/3895/3258>

## ANEXO A - Histórico do assentamento Cajá (onde localiza-se o C1)



## ANEXO B - Imagem do casarão sendo utilizado como sede da comunidade

